

Parte 2

V - Diferenciações entre agricultores familiares em Lagoa Seca: PAA, mercados institucionais e desenvolvimento rural

Manuel Pereira do Nascimento Neto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NASCIMENTO NETO, MP. V - Diferenciações entre agricultores familiares em Lagoa Seca: PAA, mercados institucionais e desenvolvimento rural. In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 133-158. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

V

Diferenciações entre agricultores familiares em Lagoa Seca: PAA, Mercados Institucionais e Desenvolvimento Rural

*Manuel Pereira do Nascimento Neto*⁴⁵

Introdução

O Sr. Manoel Inácio, 49 anos, presidente da associação de agricultores dos Sítios Jucá e Boa Vista, é muito conhecido no município de Lagoa Seca (PB) e uma das mais ativas lideranças rurais da região. Quinzenalmente, depois de carregar sua caminhoneta com banana pacovan, tangerina, batata doce, macaxeira, entre outros produtos cultivados em suas terras, passa nas propriedades de agricultores da vizinhança recolhendo outros produtos agrícolas que serão levados ao ginásio esportivo Santino Herculano de Lima, popularmente conhecido como O Santinão. No local, dois técnicos agrícolas, uma nutricionista e mais dois ou três funcionários da prefeitura local recebem os alimentos trazidos por Seu Manoel e cuidam para que sejam distribuídos em 15 escolas municipais, duas creches, no Hospital Municipal Ana Maria Coutinho e no Lar da Sagrada Face, um asilo de idosos.

45 Licenciado em geografia pela UEPB, especialista em Agroecologia e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e mestrando em Desenvolvimento Regional pela UEPB/UFCG. manuelpereiraneto@hotmail.com

Seu Manoel é um dos 35 agricultores de Lagoa Seca vinculados, em 2011, ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado em nível nacional pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e gerido, localmente, pela Secretaria de Agricultura do município. O ginásio O Santinão funciona como centro de recebimento e distribuição dos produtos adquiridos diretamente dos agricultores habilitados pelo PAA no município. Os funcionários da Prefeitura que se deslocam para o ginásio em dias previamente acordados para receber os alimentos e destiná-los às instituições previamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) receberam treinamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através de seu escritório em João Pessoa, que coordena o PAA na Paraíba.

O PAA integra o conjunto de ações do Programa FOME ZERO e incide em um mecanismo complementar ao PRONAF, que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, com geração de emprego e renda, sustentabilidade do homem do campo e promoção de segurança alimentar e nutricional. Com isso, o PAA deveria promover a articulação da agricultura familiar com programas sociais, operacionalizando a compra diversificada de produtos das famílias agricultoras e garantindo a doação às entidades participantes de programas sociais, como escolas⁴⁶ e entidades filantrópicas (MDS, 2004).

A participação de agricultores do município de Lagoa Seca no PAA começou em 2006, através do mecanismo de *compra direta com doação simultânea*, uma das modalidades do programa. No primeiro ano, eram 10 agricultores familiares agroecológicos, mobilizados pelo Polo Sindical da Borborema. Em 2010/2011, o PAA aprovou, no

46 O envio de alimentos adquiridos via PAA a escolas públicas não compromete os recursos disponibilizados para merenda escolar. Com estes recursos, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), decidiu-se, em 2009, em lei n. 11.947 de 16 de junho, destinar 30% do montante de recursos repassado pelo FNDE para serem utilizados na compra de produtos da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural, mecanismo que vem sendo utilizado em Lagoa Seca a partir de 2011.

município, quatro projetos, beneficiando 35 agricultores familiares, de 08 comunidades rurais, organizados em quatro associações de produtores. Os projetos foram elaborados pela Secretaria de Agricultura de Lagoa Seca e submetidos a CONAB/PB. Foram investidos no programa, neste ano, R\$ 145.304,80.

Mais do que avaliar se o PAA fortaleceu ou não a agricultura familiar em Lagoa Seca, *lócus* de realização da pesquisa de campo, buscou-se analisar como a vinculação ou não ao programa expressa diferenças entre agricultores familiares, ao mesmo tempo em que ajuda a estabelecer novas diferenças entre eles. Considerando que é uma categoria marcada por uma grande diversidade de atores sociais e pela ação incisiva de mediadores públicos e de representantes da sociedade civil.

Neste artigo, problematizou-se, assim, a partir da reflexão das possíveis contribuições e impactos que o PAA, em seus nove anos de atuação, possa ter provocado nas propriedades familiares e na vida econômica dos agricultores envolvidos com a comercialização de produtos via mercado institucional. É importante apreender, neste sentido, as maneiras pelas quais os possíveis benefícios são efetivados, estimulando o debate acerca das potencialidades e limites do programa.

O município de Lagoa Seca está situado na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião de Campina Grande, com uma população de 25.900⁴⁷ habitantes, sendo 15.330 habitantes residentes na zona rural, o que representa 59,19% da população total. São 33 comunidades rurais, o que corresponde a mais de 70% de toda a área territorial do município. Constitui um município onde as atividades agrícolas têm uma forte importância econômica, pois, depois do setor de serviços, é o setor agropecuário que responde pela maior participação na composição do produto interno bruto do município (IBGE, 2010). Vale ressaltar que é uma agricultura bastante diversificada.

Em Lagoa Seca, num universo de 1.592 estabelecimentos familiares (IBGE, 2006), o programa beneficiou, em 2010/2011,

47 Censo demográfico 2010 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

diretamente 35 famílias, representadas por quatro associações. Diante da constatação desta pequena participação no programa, em que os beneficiários fornecedores representam 2,2% dos estabelecimentos familiares do município, emergem mais questionamentos acerca da efetividade do PAA.

Para alcançar os objetivos propostos, na pesquisa considerei tanto dados secundários quanto aqueles produzidos em trabalho de campo realizado no meio rural de Lagoa Seca, além de análise dos documentos que permitiram a apreensão da institucionalização do PAA. Os principais dados secundários referem-se a informações disponibilizadas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o município de Lagoa Seca, assim como históricos da execução do programa no município e em outros níveis.

Contornos Institucionais do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003, como parte das políticas implementadas pelo governo brasileiro com a finalidade de incentivar a agricultura familiar (Lei no 10.696, de 02 de julho de 2003). Para a execução do PAA, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário – apoiados operacionalmente pela CONAB – firmam parcerias com governos estaduais, municipais, organizações da sociedade civil e da agricultura familiar e entidades filantrópicas.

De acordo com Grisa (2009), o PAA resultou da confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Em primeiro lugar, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, intensificada a partir do final da década de 1980, tendo experimentado retração nos anos 1990 até que encontrou maior espaço no governo Lula, a partir de 2003. Em segundo lugar, o programa se insere no processo de reconhecimento da agricultura familiar, que ganhou maior expressão com a criação do PRONAF em 1996, mas, até então, permanecia à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura das décadas de 1960 e 1970 (Revolução Verde) e, de modo mais alongado, as consequências da estrutura

agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil.

O Programa de Aquisição de Alimentos é um exemplo de desdobramento de política pública que se enquadra no modelo de arenas sociais, já que a formulação da mesma se deu a partir de lutas sociais vinculadas a questões problemas, seja no campo da segurança alimentar e nutricional, como das desigualdades sociais no campo brasileiro. Nesse sentido, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É por este motivo que a sociedade civil tem um papel fundamental na formulação desse tipo de política.

Nesse enfoque, a formulação das políticas públicas é intencional, parte de algum problema diagnosticado, e tem como interesse beneficiar determinados grupos sociais. O PAA faz parte dos *programas diferenciados de desenvolvimento rural* e se enquadra em uma política pública de caráter setorial, mas não isolada, já que reúne uma vasta rede de atores e beneficiários que estão distribuídos em áreas de interesses distintas.

Desde a sua criação, o PAA foi pensado a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, sendo uma das ações do Programa Fome Zero. No entanto, logo se percebe sua intersectorialidade, dada sua inserção no Ministério do Desenvolvimento Agrário, assim como sua transversalidade, já que muitos dos produtos adquiridos são doados para incrementar a merenda escolar, favorecendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar, atingindo diretamente o Ministério da Educação e as Políticas de Segurança Alimentar. Além do mais, prioriza temas que estão presentes em vários setores como desenvolvimento social, desenvolvimento rural, combate à fome, segurança alimentar, dentre outros, mostrando assim a interseccionalidade desta política. Uma análise das leis e decretos que regulam o programa desvenda como as categorias sociais beneficiadas pelo PAA se cruzam e se modificam no desenrolar da política, produzindo integração e desenvolvimento social. Nesse âmbito, o programa pode ser analisado a partir dos estudos de interseccionalidade de Olena Hankivsky (2010).

Pelo seu caráter democrático, o PAA pode ser analisado através do modelo do ciclo da política pública, já que esta tipologia aborda a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. Contudo, a escassez de estudos “pós-decisão” faz com que a análise das políticas públicas continue gravitando na órbita das questões analíticas mais tradicionalmente valorizadas pela ciência política, resultado da frágil institucionalização e debilidade desse campo de estudos no Brasil (FARIA, 2003).

Entre 2003 e 2005, os recursos destinados ao programa eram repassados à CONAB pelo MDS, por meio de convênios. Em 2006, o MDA firmou um Termo de Cooperação Técnica com a CONAB, disponibilizando recursos para aquisições com formação de estoque. Tais investimentos têm sido incrementados desde sua implantação, levando em consideração o crescimento do número de projetos aprovados, embora ainda atenda um número pequeno de agricultores. Os recursos evoluíram de R\$ 81.541.207,00 em 2003 para R\$ 451.036.204,00 em 2011, um acréscimo da ordem de 453,13% (CONAB, 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

No Estado da Paraíba, o programa esteve em execução a partir de 2004, com investimentos iniciais de R\$ 1.710.783,04 em aquisição de produtos da agricultura familiar com recursos do MDS. O programa obteve alguns sobressaltos no estado, já que, em alguns anos, o montante de recursos decresceu, como foram os casos dos anos de 2006 (R\$ 325.200,00), 2007 (R\$ 1.337.240,00) e 2009 (R\$ 625.717,00).

O PAA em Lagoa Seca

Entre 2005 e 2006, iniciou-se a “Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea”, modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Lagoa Seca. O projeto inicial teve o Polo Sindical da Borborema como entidade proponente em parceria com o MDA, através da CONAB, as Prefeituras Municipais e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Lagoa Seca, Soledade e Queimadas. Nos três

municípios, a compra de produtos da agricultura familiar contribuiu com a alimentação de 970 crianças de escolas e creches em 13 estabelecimentos de ensino – 08 escolas e 05 creches - com 56 produtos hortifrutigranjeiros agroecológicos regionais, num valor total de R\$ 64.675,00 produzidos por 32 agricultores familiares. Em Lagoa Seca, participaram 10 agricultores das Associações dos Agricultores de Jucá e Amaragi. Dentre as entidades receptoras, constavam três escolas e duas creches.

O programa teve continuidade no município entre 2008/2009, complementando a alimentação de dez escolas e duas creches, totalizando 1024 crianças, um asilo com 15 idosos e um banco de alimentos que atendeu 1500 pessoas, beneficiadas através da oferta de produtos agrícolas, como hortaliças, frutas, galinha, ovos, bolos, doces etc., encaminhados por 21 agricultores e agricultoras, participantes das associações de agricultores rurais das localidades de Pai Domingos, Retiro e Manguape, Jucá e Boa Vista, e Cumbe e Mineiro. O montante de recursos envolvidos foi de R\$ 65.075,96.

Já entre 2009 e 2010, em Lagoa Seca, participaram do programa 35 agricultores e agricultoras das mesmas associações citadas, beneficiando 15 escolas municipais, duas creches, uma escola estadual, um banco de alimentos, um asilo e um hospital, totalizando 6.501 beneficiários consumidores e um montante de R\$ 145.304,80 de recursos envolvidos. Estes projetos estenderam-se até junho de 2011.

No segundo semestre de 2011, foram elaborados os projetos para 2011/2012. No entanto, no primeiro semestre de 2012, os projetos ainda não haviam sido iniciados por falta de recursos. O projeto envolveu mais uma vez 35 agricultores das associações de agricultores do Retiro e Manguape, Jucá e Boa Vista, e do Cumbe e Mineiro totalizando um montante de R\$157.323,23 de recursos previstos. Produtos que seriam doados a 26 escolas e um banco de alimentos comunitários.

A Associação dos Pequenos Produtores dos Sítios Retiro e Manguape I, situada na Região dos Roçados, iniciou sua participação no PAA no ano de 2008/2009 e logo no segundo ano, 2009/2010, evoluiu consideravelmente no número de agricultores atendidos, passando de cinco para 15 beneficiários; em termos de recursos aplicados,

passou-se de R\$ 14.605,00 para R\$ 66.362,00; e na média de benefícios por agricultor/ano, de R\$ 2.921,00 para R\$ 4.424,00. Para o projeto 2011/2012, estava previsto atender 17 agricultores com uma média de R\$ 4.495,64 agricultor/ano. Com o decorrer do programa, pode-se evidenciar que as médias de recursos por agricultor/ano estão se aproximando do valor da cota máxima de R\$ 4.500,00.

Os produtos fornecidos nas duas etapas de execução foram: batata doce, galinha caipira, bolo de macaxeira, bolo de mandioca, bolo de milho, pé-de-moleque, doce de mamão e doce de goiaba. Nesse último projeto, ocorreu uma diminuição na diversidade dos produtos comercializados, motivada pela exclusão dos produtos processados. Os únicos produtos fornecidos por essa associação foram batata doce e galinha caipira.

Segundo Valdeci Ferreira, encarregado da CONAB, para os produtos processados, a questão é com a vigilância sanitária local ou estadual, pois é exigida dos agricultores uma estrutura mínima, como uma cozinha comunitária apropriada para o processamento dos alimentos. Como cada fornecedor preparava os produtos em suas cozinhas, não foi aceito pela vigilância sanitária. É necessário embalar os produtos, colocar um selo contendo os ingredientes, a data de fabricação, a validade, etc. Essas são as exigências mínimas.

A Associação dos Agricultores Familiares do Sítio Pai Domingos, com sede na Região das Verduras, iniciou no PAA em 2008/2009 com R\$ 7.915,96 de recursos aplicados e em 2009/2010 recebeu R\$ 20.915,96 de investimentos. O número dos beneficiários aumentou de três para cinco agricultores; enquanto a média de recursos por agricultor aumentou de R\$ 2.638,65 para R\$ 4.115,60. A evolução do PAA para essa associação foi bem mais modesta que a apresentada pela associação do Retiro e Manguape I.

Os produtos fornecidos foram: abóbora de leite, abobrinha, acelga, alface, batata doce, berinjela, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, espinafre, feijão verde, macaxeira, pimentão, repolho, vagem, couve-flor, beterraba, bolo de macaxeira, bolo de mandioca, pé-de-moleque, cocada e doce de goiaba. Para os anos 2011/2012, não foi elaborado projeto para essa associação.

Os agricultores alegaram que os principais produtos oferecidos por eles eram os processados, excluídos do programa.

Além do mais, dois dos agricultores que forneceram hortaliças, nos projetos anteriores, migraram para o projeto coordenado pelo Polo Sindical da Borborema. Os agricultores decidiram participar dos projetos da ECOBORBOREMA, entidade vinculada ao Polo Sindical da Borborema, que com seu trabalho de assessoria diminuiu a burocracia do programa e facilitou o processo de pagamento dos produtos fornecidos.

Instaura-se, assim, uma diferenciação entre os agricultores participantes dos projetos assessorados pela Secretaria de Agricultura de Lagoa Seca e os coordenados pelo Polo, sinalizando, como já revelou Costa (2010), para a existência de inter-relações entre os atores e mediadores, que não se expressam somente em relações de solidariedade e/ou reciprocidade, mas também de disputa de poder, conflitos de interesses e mecanismos de coerção, comprometendo a coerência de execução do programa.

A Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário dos Sítios Cumbe, Mineiro e adjacências, que reúne agricultores da região das Frutas, iniciou no PAA em 2008/2009, acessando recursos da ordem de R\$ 5.357,30, e no projeto de 2009/2010, esse valor passou para 19.416,80; beneficiando, de início, três agricultores com uma média de benefício de R\$ 1.785,76 por agricultor/ano e, posteriormente, cinco agricultores, com benefício médio de R\$ 3.883,36 por agricultor/ano. Já no projeto 2011/2012, que estava aguardando recursos no momento de realização da pesquisa, cinco agricultores continuarão sendo beneficiados, dessa vez com um valor de R\$ 4.495,46 por agricultor/ano, somando um montante de R\$ 22.477,33.

É perceptível que não tem havido aumento expressivo no número de agricultores vinculados ao PAA, ainda que o valor médio por agricultor/ano esteja chegando próximo à cota máxima. Os produtos fornecidos foram: alface, cebolinha, coentro, espinafre, vagem, couve, chuchu, pimentão, goma de mandioca, laranja pera, limão, manga espada, tangerina, laranja cravo, banana pacovan e

abacate. Para o projeto encaminhado em 2011/2012, a diversidade de produtos também diminuiu.

A Associação de Desenvolvimento Econômico e Social das comunidades Jucá e Boa Vista, situada na Região das Frutas, foi a única que teve agricultores participantes no primeiro projeto PAA em Lagoa Seca, nos anos de 2005/2006. Em 2008/2009, esta entidade recebeu investimentos de R\$ 28.576,50, já em 2009/2010 foram R\$ 38.938,00, e para o projeto 2011/2012, o investimento previsto era de R\$ 58.419,90, beneficiando entre 2008 e 2010 dez agricultores e para 2011/2012, 13 agricultores. A média de benefício por agricultor/ano elevou-se, respectivamente, de R\$ 2.857,65 para R\$ 3.893,00 e, finalmente, para R\$ 4.493,83. Os produtos fornecidos foram: abacate, banana pacovan, laranja pera, laranja cravo, tangerina, batata doce, chuchu, doce de banana, doce de mamão, macaxeira, ovos de galinha.

É preciso se questionar sobre os motivos que levaram à redução da diversidade de produtos vendidos no mercado institucional ou à especialização do fornecimento.

Agricultura Familiar em Lagoa Seca: características e diferenciações

A amostra da agricultura familiar considerada nesta pesquisa não revela, necessariamente, as características do setor no município de Lagoa Seca. Devido aos interesses da investigação que dá suporte a este artigo, a amostra da pesquisa privilegiou agricultores familiares vinculados ao PAA e agricultores não vinculados com propriedades em áreas próximas aos primeiros. Foram pesquisadas 40 famílias de agricultores familiares, das quais, 26 vinculadas ao PAA, que estão ativas em suas funções agrícolas. Esse universo de pesquisa compreende 178 pessoas, sendo 49,44% do sexo masculino e 50,56% do sexo feminino. Os dados levantados, porém, oferecem bons indicadores para se conhecer de modo mais aprofundado algumas das características dos agricultores familiares de Lagoa Seca e as diferenciações existentes entre eles. Uma diferença a ser mencionada é que a pesquisa sinalizou, para os agricultores da amostra, uma taxa de escolarização mais alta para os agricultores

não vinculados ao PAA, o que parece ser um dado relevante, ainda que não se possa, no momento, avançar muito sobre as explicações para essa diferença.

Em meio aos agricultores entrevistados, 65% já tiveram alguma experiência de participação no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Dentre esses, 46,15% participam somente há 02 anos do programa, 23,08% estão há 3 anos, os que participam há 4 e 6 anos obtiveram o mesmo percentual de 11,54% e somente 7,69% participam há 5 anos do programa. Os dados demonstram que a experiência do programa para maior parte dos agricultores é algo recente, podendo resultar do processo de mediação de conflitos ou lutas contra a derrubada dos entraves para o ingresso no PAA.

Trabalho e renda – Os dados relativos à ocupação da mão-de-obra revelam que 64,71% dos membros das famílias pesquisadas (em idade laboral) dedicam-se integralmente a atividades agropecuárias na propriedade familiar. Outros 20,17% combinam o trabalho na propriedade com estudo ou trabalho fora da propriedade. Chega-se, assim, a 84,88% da força de trabalho dedicada a atividades na propriedade familiar. Entre as famílias não vinculadas ao PAA, porém, a ocupação da mão-de-obra familiar na propriedade da família chega a 85,72% (tempo parcial, 16,67% e tempo integral, 69,05%), ligeiramente superior ao valor encontrado para as famílias vinculadas ao PAA, que foi de 84,42% (tempo parcial, 22,08% e tempo integral 62,34%). Estes dados não diferem muito daqueles registrados pelo Censo Agropecuário de 2006, que indicou que 80,52% dos agricultores familiares não desenvolviam atividade econômica fora do estabelecimento, o que representa o seu comprometimento nas atividades agrícolas.

Dos membros das famílias pesquisadas em idade produtiva, 15,13% estão ocupados fora da unidade familiar. Essas atividades realizadas fora da unidade familiar estão dispersas em vários setores, como nos serviços públicos, construção civil, transportes, comércios, moto táxi, etc. São principalmente os filhos que buscam novas oportunidades de trabalho.

A média de mão-de-obra utilizada nas unidades produtivas visitadas foi de 2,85 da força de trabalho familiar e 1,38 da força de trabalho contratada. Cerca de 70% das famílias pesquisadas

contratam trabalho não familiar. Dentre elas, 64,29% contratam mão-de-obra de forma sazonal nos meses de cultivo da terra ou nas épocas de colheita. Somente 35,71% contratam de forma permanente. A predominância da contratação da mão-de-obra sazonal não se justifica pela ausência de trabalho nas unidades, mas pela falta de condições financeiras para contratação permanente. Muitos dos agricultores citaram que um dos problemas da atividade agrícola é a falta de mão-de-obra, por ter aumentado o número dos familiares que não podem exercer atividades na propriedade, por estarem estudando ou empregados em atividades não agrícolas.

Nas unidades familiares participantes do PAA, identificou-se um maior percentual de mão-de-obra contratada de forma sazonal. Em contrapartida, as unidades não participantes do PAA tem o maior percentual de mão-de-obra contratada de forma permanente. Segundo os agricultores participantes, como o PAA não é perene, entre o encerramento de um projeto e o início de outro, existe uma pausa no repasse dos produtos acompanhado da incerteza do retorno, dificultando a manutenção de mão-de-obra contratada.

Esse é um motivo para identificar a inserção no mercado (mesmo que via atravessadores) e possível capitalização dos agricultores não participantes do PAA, cuja capacidade de contratação parece ser consequência da garantia de comercialização⁴⁸. Coloca-se, assim, uma importante questão acerca da adesão a mercados institucionais como estratégia específica de certos agricultores e a orientação para os mercados considerados tradicionais, por parte de outros agricultores de Lagoa Seca, sem que seja possível com base na pesquisa realizada demonstrar as bases que fundamentam estas diferentes estratégias.

Quando questionados no que diz respeito à principal fonte de renda da família, 70% dos entrevistados informaram que a maior parte da renda familiar vem das atividades agrícolas realizadas dentro da unidade produtiva. Outra fonte de renda com impacto expressivo na caracterização da renda familiar das propriedades

48 Posteriormente veremos que os agricultores não familiares têm como principal forma de comercialização a Empasa (centro de distribuição) e os atravessadores.

pesquisadas foi a aposentadoria ou pensão, que representam a maior parte da renda para 20% das famílias. Somente 10% das famílias informaram que a renda mais expressiva da família vinha de atividades não agrícolas (desconsiderando-se os benefícios previdenciários).

Dentre as famílias entrevistadas, 42,5% recebem bolsa família, 35% são beneficiados com aposentadoria, 2,5% recebem concomitantemente bolsa família e aposentadoria e 20% das famílias não recebem nenhum tipo de repasse da previdência ou de programas de transferência de renda. Dentre os que recebem bolsa família, o percentual é maior entre os que participam do PAA. Estes chegam a 50% das famílias, contra 35,71% dos que não participam do programa, dados que são coerentes com uma maior capitalização e inserção no mercado dos agricultores que não participam do PAA confirmados na pesquisa de campo.

Características das propriedades - No que se refere à caracterização das propriedades, 95% delas são próprias, ressaltando que 32,5% são terras de herdeiros que ainda não foram legalizadas, enquanto 5% dos agricultores entrevistados são meeiros. Não foi identificada qualquer propriedade arrendada. Os meeiros identificados compõem 7,69% dos agricultores que participam do PAA, enquanto os agricultores que não fazem parte do PAA se caracterizam pelo percentual de 100% de propriedades próprias.

O tamanho médio das propriedades pesquisadas é de 3,67 hectares, número bem aproximado dos dados do Censo Agropecuário 2006, que apontou o tamanho médio das unidades familiares em Lagoa Seca de 2,96 hectares. No entanto, entre os agricultores familiares, existem disparidades no que concerne ao tamanho das propriedades, pois a maior propriedade pesquisada era de 15 hectares e a menor, 0,25 hectares.

Formas de comercialização - As unidades produtivas estudadas têm várias formas de destinação para o que é produzido. A vinculação a mercados institucionais (Governo, Estado, prefeituras, etc.) não é exclusiva dos agricultores vinculados ao PAA. Nesse item, estamos considerando a participação dos agricultores não só no PAA, mas também no Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE), que instituiu como lei⁴⁹ a compra de no mínimo 30% dos produtos da alimentação escolar na agricultura familiar local. Dos agricultores não vinculados ao PAA, 14,29% já abastecem a alimentação escolar através do PNAE. Entre os entrevistados, 19,33% dos participantes do PAA interromperam o fornecimento para o programa por entraves⁵⁰ ocasionados pelas associações de agricultores ou exigências ocasionadas pela CONAB e a vigilância sanitária.

Outra forma de comercialização bastante praticada é a comercialização na propriedade (40%), caracterizada pela presença dos atravessadores na mediação entre os produtores e o mercado consumidor. Entre os agricultores não participantes do PAA, esse percentual foi de 57,14%. E para os que participam do programa, esse percentual foi de 30,77%. Com isso, pode-se considerar que as comercializações no mercado institucional e nas feiras se revelam como responsáveis pelo distanciamento dos atravessadores na mediação da produção.

Dentre os entrevistados, 37,5% comercializam sua produção em feiras livres, sendo os agricultores considerados agroecológicos os que prevalecem, por terem um mercado “em expansão” (mercado de produtos orgânicos ou agroecológicos), assim como feiras especializadas na distribuição desse tipo de produção. Essa participação é fruto da mobilização política e de engajamentos destes agricultores com o apoio do Sindicato, EMATER e AS-PTA. O maior percentual de participação nas feiras é dos produtores ligados ao PAA (50%), enquanto entre os que não participam o percentual de engajamento nas feiras é de 14,29%. Os dados sinalizam que a articulação entre os agricultores, fruto da mobilização política, deu origem a novos espaços para comercialização dos produtos: os mercados institucionais e as feiras.

Entraves na produção - Dentre as dificuldades percebidas pelos agricultores no que concerne à produção no interior das unidades, a mais citada, por 32,5% dos entrevistados, refere-se à falta

49 Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

50 O tema que será abordado posteriormente.

de mão-de-obra, ressaltando que, entre os agricultores não participantes do PAA, esse percentual sobe para 50%.

O segundo maior problema citado foi a falta de assistência técnica, considerada como problema por 27,5% dos agricultores. Entre os não vinculados ao PAA, esse percentual sobe para 42,86%. O custo de produção elevado e os baixos preços de comercialização foram considerados como dificuldades para 25% deles, já 22,5% consideraram a falta de crédito, as pragas e a falta de mercado como entrave para produção. Ao falar dos limites para comercialização, os entrevistados se referiram à falta de mercado, mas pode-se interpretar esta dificuldade nas relações conflituosas com o mercado, ou seja, nas dificuldades de inserir-se em espaços mais capitalizados.

Outras dificuldades citadas pelos produtores foram a falta de água (12,5%), a dificuldade no transporte da produção (10%) e os atravessadores (7,5%). Cabe destacar que a insatisfação com os atravessadores foi citada somente entre os agricultores não participantes do PAA, podendo identificar um ponto positivo do programa, pois o excedente da produção que talvez fosse comercializado com os atravessadores está sendo fornecido para o PAA. Foram citados ainda problemas com a conservação do solo e adubação, falta de irrigação, problemas com os donos da propriedade (no caso dos meeiros), baixa lucratividade, falta de mecanização, dívidas com financiamento, demora no acesso ao crédito, problemas climáticos, etc.

Se vários fatores naturais ou antrópicos são detectados como entraves para a produção agrícola, quando o público alvo é a agricultura familiar, as dificuldades se multiplicam, principalmente quando a solução para muitos desses problemas dependerem de ações públicas. Durante as entrevistas, era perceptível a indignação dos agricultores pesquisados quando os mesmos se referem aos órgãos governamentais, pela morosidade ou pela ineficiência muitos desistem de recorrer a esses auxílios o que exige uma melhor estruturação para a assistência técnica dessas famílias.

A caracterização das unidades sinaliza para maior capitalização e melhor relação com o mercado dos agricultores que não participam do PAA. Os mesmos se sobressaem em vários aspectos, tais como: capacidade de contratação de mão-de-obra permanente,

menor percentual de participação na bolsa família, maior percentual de propriedades próprias, etc. Além do mais, apesar de alguns deles já estarem articulados com o mercado institucional mediante o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a maioria não demonstra interesse em participar do PAA. Entre esses, 64,29% deles negaram ter conhecimento do PAA e 28,57% enfatizaram não ter vontade de participar, principalmente, por não acreditar nessa política. Já os agricultores que acessam o PAA são os que estão ligados direta ou indiretamente às associações de agricultores, engajados com o sindicato, EMATER, Secretaria de agricultura, AS-PTA, etc.

Os participantes do PAA não citam os atravessadores como problema. No entanto, mesmo participando em sua grande maioria das feiras, apontaram como problema a falta de mercado. Além disso, os agricultores não vinculados ao PAA que citam os atravessadores como entraves demonstram preferir vender para eles a ter que se submeter ao mercado institucional, por julgarem burocráticos e morosos. Com isso, o PAA pode até sinalizar para um distanciamento dos atravessadores na mediação da produção, favorecendo uma garantia de escoamento e de remuneração “mais justa”, no entanto o processo burocrático e descontínuo ainda dificulta a inserção de um número maior de agricultores.

O PAA e suas transformações para os agricultores familiares

Quando questionados sobre a representação da renda adquirida no PAA para a sua renda mensal, 69,23% afirmaram que seria um valor complementar, enquanto que 23,08% afirmaram ser parte significativa do orçamento familiar. Já 7,69% consideram que os ingressos do PAA formam a maior parte da renda, o que pode representar uma questão a ser investigada já que o projeto estipula uma cota por agricultor de R\$ 4.500,00 por ano.

O projeto do PAA tem duração de até 10 meses, fazendo com que a renda mensal no período seja de R\$ 450,00 para aqueles que conseguiram alcançar o limite da cota. Quando se subtraem os investimentos na produção, as despesas com insumos e mão-de-obra, transporte das mercadorias e impostos pagos, o lucro final fica

comprometido. Uma família que tem no programa a maior fonte da renda demonstra uma dependência do mercado institucional e a falta de alternativas para escoamento da produção, podendo também justificar o alto índice de famílias que recebem o bolsa família como alternativa de sobrevivência.

Como evidencia Delgado (2001), por melhores que sejam as políticas, sua execução enfrentará sempre terríveis dificuldades, principalmente no Brasil, onde a população é predominantemente urbana, a agricultura é complexa e articulada aos interesses agroindústrias. O dinamismo econômico e a criação de novos empregos estão atrelados a condições políticas que influenciem decisivamente os rumos da política econômica e social do País. Os agricultores familiares são os principais excluídos dessas políticas, de modo que sua luta é, acima de tudo, pela conquista da condição de cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais.

Um dos maiores questionamentos dos agricultores vinculados ao PAA é quanto ao valor da cota de R\$ 4.500,00 por agricultor/ano – 88,46% afirmaram ter condições de produzir mais que esse valor. Dos agricultores vinculados ao PAA, 73,07% não estão satisfeitos com o valor das contas, já 26,92% dizem estar satisfeitos, mesmo apresentando capacidade de produzir mais.

No entanto, o grupo gestor prefere manter a cota e atender um número maior de agricultores, a aumentar a cota, o que demanda uma quantidade maior de recursos para atender o mesmo número ou mais de agricultores. Além de justificar o baixo valor com a possível participação em outros tipos de comercialização institucional, fazendo emergir mais uma questão no debate sobre o PAA que diz respeito à ineficiência no desenvolvimento econômico, não sendo capaz de, por si só, gerar a renda necessária para o sustento e melhoria dos agricultores familiares, que para isso, precisariam da inserção em outros programas e políticas.

No que se refere aos preços pagos pela Conab, 42,31% dos entrevistados consideram satisfatórios e 3,85% estão muito satisfeitos, resultando em uma aceitação de 46,16%. Já 19,23% afirmaram estar insatisfeitos e 34,62% poucos satisfeitos, somando 53,85% de descontentamento.

Em contrapartida, segundo o encarregado da CONAB, os agricultores não têm de que reclamar, pois a tabela de preços é definida depois de rigorosa pesquisa de preços, que ficam congelados durante todo o ano, mesmo nos momentos da safra onde os preços de determinados produtos despencam, no programa continuam os mesmos, proporcionando uma garantia de preço justo para o agricultor.

Quando questionados sobre as transformações verificadas na produção através da participação no PAA, 19,23% afirmaram que não ocasionou nenhuma mudança, já 80,77% afirmaram obter algum tipo de modificação na produção com a venda dos seus produtos ao programa. Em 34,62% das unidades produtivas, houve aumento na contratação de mão-de-obra, mesmo que não seja permanente, 23,08% compraram algum tipo de maquinário, 19,23% investiram na utilização de novas técnicas agrícolas, 15,38% aumentaram a propriedade, 7,69% adquiriram transporte para a produção e 53,85% consideraram também outras mudanças na propriedade, como: aquisição de estume, sistema de irrigação, cercou a propriedade, instrumentos de trabalho, aumento da produtividade, investimento na produção de peixe e na construção de barragem, etc.

É perceptível a existência de várias insuficiências nas unidades familiares estudadas, pois apresentam necessidades básicas para a realização do trabalho como esterco, mão-de-obra e insumos, etc. O PAA não resolve todas essas carências, mas, segundo os agricultores, ele resulta em um auxílio satisfatório.

Os agricultores que não participam do PAA também elencaram transformações em sua propriedade referentes à produção desde o ano de 2006. A mais relevante foi a utilização de novas técnicas agrícolas (35,71%), seguida da contratação de mão-de-obra e compra de maquinário (21,43%). É importante perceber que, nesse item, os participantes do PAA citaram como maior impacto a contratação de mão-de-obra, diferente dos não vinculados ao PAA, que identificaram as novas técnicas agrícolas, aspecto que justifica o problema da menor capitalização e capacidade de contratação dos participantes do PAA. Dentre os que não identificaram nenhuma

transformação em suas propriedades, os percentuais foram praticamente iguais, 21,43% para os não vinculados ao PAA e 19,23% para os que aderiram ao programa.

Entre os agricultores que não participam do PAA, o percentual dos que afirmaram ter obtido melhorias na qualidade de vida da família desde o ano de 2006 foi de 71,43%, um pouco menor que os participantes do programa, já que 88,46% desses afirmaram identificar algum tipo de contribuição oriunda dos recursos do PAA.

O aumento da renda foi um dos aspectos mais evidenciados nas entrevistas. Foram citadas algumas aquisições fruto dos recursos do programa, como: compra de motocicleta, geladeira, bateadeira de bolo, garrote, televisor, aparelho de som, móveis, contribuiu na reforma da casa, melhorou a renda, o conforto e alimentação.

Podem-se evidenciar aspectos pontuais no que diz respeito à representação dos recursos do PAA, demonstrando sua importância econômica para os agricultores vinculados. Nesse caso, o programa se legitima no campo da agricultura familiar, seja pelo nível de carência dos agricultores ou pela falta de alternativas de comercialização. Dos agricultores que já participam do programa, 80,77% afirmaram que pretendiam continuar participando.

Potencialidades, Limites e Perspectivas do PAA

A pesquisa revelou algumas deficiências no processo de execução do PAA. A principal delas refere-se às condições colocadas para inserção dos agricultores. A “burocracia” parece ser responsável pelo afastamento de muitos agricultores. Muitos entrevistados reclamaram da exclusão dos produtos processados, mesmo depois de algumas famílias terem feito adaptações em cozinhas para continuarem fornecendo bolos e doces, o que não impediu o veto a estes produtos e a sensação de desperdício dos investimentos feitos.

Alguns agricultores decidiram sair do programa por discordarem das decisões que eram tomadas nas associações de agricultores. As questões estão relacionadas à escolha dos agricultores participantes do PAA, na escolha dos produtos e problemas com o pagamento das mercadorias fornecidas. Na opinião deles,

muitas das deliberações favoreceriam a uma minoria dos associados, fragilizando a participação dos demais agricultores.

É importante ressaltar que muitas das famílias incluídas na amostra da pesquisa buscaram inserção menos “burocrática” ao mercado institucional. Verificou-se que 38,46% dos agricultores que participam do PAA já estão inseridos em outras políticas com a mesma finalidade. Uma delas é a compra de 30% dos produtos da agricultura familiar e do empreendedor rural para a merenda escolar (Lei 11.947 de 16 de junho de 2009) com recursos repassados pelo FNDE.

Outro projeto que conquistou os agricultores foi Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), parceria entre SEBRAE, Fundação Banco do Brasil e Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Programas Regionais. O PAIS inspirou-se na atuação de agricultores familiares que optaram por fazer uma agricultura sustentável, sem uso de agrotóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente, agregando técnicas simples e já conhecidas em muitas comunidades rurais.

Dos agricultores que não participam do PAA, 21,43% estão engajados no fornecimento de produtos para o PNAE ou participam do programa PAIS. Todavia, a maioria dos entrevistados acredita que o PAA tem mais vantagens, que é melhor, indicando, com isso, a sua legitimação, mesmo diante dos limites da política. Além da comercialização direta sem a necessidade do atravessador, a preferência pelo PAA por parte dos agricultores familiares está atrelada ao seu tempo de execução e por seu pioneirismo no estabelecimento do mercado institucional para a agricultura familiar no Brasil.

Os aspectos favoráveis ao PAA mais citados pelos agricultores foram a melhoria da renda na unidade familiar e a garantia da comercialização do que está sendo cultivado, fatores que resolvem parcialmente o problema da carência de renda e da falta de alternativa de comercialização. No entanto, os fatores abordados ainda não são capazes de revelar se o programa é capaz de gerar desenvolvimento de forma qualitativa e sustentável.

Em que pesem os pontos favoráveis, os desafios presentes na construção de um mercado institucional para os produtos da agricultura familiar não podem ser esquecidos. Foram também citados

pontos negativos do PAA, como problemas com o pagamento. A demora entre a finalização de um projeto e o início do outro chama a atenção para o aspecto descontinuado do programa, não permitindo que os agricultores tenham progressos mais expressivos. Se uma vez cadastrados, os agricultores comercializassem permanentemente com o programa, os resultados poderiam ser mais expressivos tanto economicamente, quanto na vida das famílias.

Mesmo diante dos obstáculos, 73,08% dos participantes avaliam positivamente as novas políticas públicas criadas pelo governo brasileiro a partir de 2003, que desburocratizam a comercialização com o mercado institucional. Já 26,92% avaliaram como regular, reconhecendo a importância do programa, mas ressaltando a existência de obstáculos.

Para Schimitt e Guimarães (2008, p.12), “o ingresso nos mercados institucionais, particularmente na compra com doação simultânea, promoveu o acesso dos produtores a um mercado próximo, capaz de absorver grande diversidade de produtos”. Mas é necessário ressaltar que há grande expectativa para que o PAA deixe de ser um programa, uma política de governo e se efetive como política de estado⁵¹ ampliando com isso o valor das cotas, o número de participantes e os recursos.

A promoção do programa para a categoria de política de estado pode ampliar bastante os horizontes de abrangência do PAA, assegurando a comercialização para agricultores fornecedores e garantindo a segurança alimentar e nutricional para os consumidores, principalmente, o público escolar. Isso também somado a mudanças mais específicas que precisam envolver a execução do programa, desde o espaço nacional ao espaço local, onde o

51 Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p.329).

programa é executado, dando mais visibilidade à participação dos agricultores como atores ativos e protagonistas do desenvolvimento em âmbito local.

Considerações Finais

Para o fomento da agricultura familiar, as políticas públicas apresentam um papel fundamental, principalmente as que possibilitam a superação das desigualdades e o exercício da cidadania. No entanto, se por vários fatores naturais ou antrópicos são detectados entraves para a produção agrícola, quando o público alvo é a agricultura familiar, as dificuldades se multiplicam, principalmente quando a solução para muitos desses problemas dependem de ações públicas.

Nas unidades familiares pesquisadas, foram observados problemas estruturantes no contexto das atividades agrícolas, que não estão sendo suficientes para o sustento da família, sendo possível perceber a necessidade da busca de alternativas de trabalho fora da propriedade familiar como tática da família para garantir a reprodução e sua permanência no espaço rural, buscando novas oportunidades, mas, permanecendo no campo, evidenciando o valor simbólico e de pertencimento que o meio rural representa.

Diante das dificuldades de inserção em mercados mais capitalizados, a articulação entre os agricultores, fruto da mobilização política desta categoria, deu origem a novos espaços para comercialização dos seus produtos, como os mercados institucionais e as feiras.

As estratégias públicas de comercialização com o mercado institucional, apesar de recentes e de apresentarem desafios e limites, têm se mostrado favoráveis ao processo de desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, os agricultores que acessam essas políticas públicas são os que estão ligados direta ou indiretamente às associações de agricultores, engajados como o sindicato, EMATER, Secretaria de agricultura, AS-PTA, etc. Os que não conseguem incluir-se não tem ao menos conhecimento dessas políticas, ficando à margem de todo esse processo ou então demonstram estar inseridos no mercado e não têm interesse em participar do PAA.

Nesse sentido, um dos desafios para estas políticas públicas é dar conta da diversidade de situações sociais reunidas sob a rubrica da agricultura familiar. Diferenciações que não se expressam apenas entre agricultores de diferentes regiões do país, mas que estão bem presentes num mesmo município, como Lagoa Seca.

O PAA tem como finalidade beneficiar os agricultores familiares que estão enquadrados segundo a categorização do Pronaf. No entanto, ao considerar os participantes do programa, revela-se o surgimento de novas diferenças que distanciam as propriedades familiares: no poder decisório, em sua inserção nas etapas de execução do programa, nos diferentes impactos do programa para as famílias, etc., revelando as congruências e heterogeneidades desse grupo.

O relato da experiência, inicialmente, do Sr. Manoel Inácio, 49 anos, presidente da associação de agricultores dos Sítios Jucá e Boa Vista e, posteriormente, ampliado para os demais agricultores da amostra da pesquisa, sinaliza que, ao estarem vinculados ao PAA, os agricultores ampliam seus horizontes para novas formas de comercialização e políticas públicas, como as feiras, o PNAE, etc.

Pode-se considerar que o PAA se revela como responsável no distanciamento dos atravessadores na mediação da produção, por proporcionar uma maior visibilidade e estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar e pelo acréscimo na renda das famílias, no entanto, o processo burocrático ainda dificulta a inserção de um número maior de agricultores.

Mesmo que nos dados analisados tenha ocorrido um aumento no valor dos recursos das associações de Lagoa Seca, o número de agricultores participantes ainda é ínfimo diante do universo de agricultores familiares do município (35 de um total de 1.592 estabelecimentos agrícolas familiares identificados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006). Além do mais, esses agricultores estão ligados a quatro associações de agricultores, quando a área rural do município esta dividida em 33 comunidades.

O PAA demonstra um caráter inovador e estratégico, ao buscar simplificar e agilizar o escoamento da produção; promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares; disponibilizar alimentos adequados à nutrição das populações em

situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar; habilitar os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com os atravessadores.

Todavia, os aspectos burocráticos, a morosidade entre a finalização de um projeto e o início do outro e os problemas com o pagamento advertem que algo precisa ser revisto para que o programa possa dar mais condições de execução e de uma participação mais ampla. O PAA desburocratiza o mercado institucional ao eliminar o processo licitatório, contudo, em sua execução, a burocracia continua sendo uma barreira.

O mercado institucional pode se configurar como um mercado promissor para a agricultura familiar, mas tem que respeitar o potencial produtivo dos agricultores dando capacidade para seu progresso socioeconômico. Tais implicações se aproximam das considerações de Gomes (2012), em seu artigo sobre Políticas Públicas para o Semiárido, ressaltando que é preciso atentar para o fato de que, em certos contextos, os arranjos institucionais ainda carecem de aperfeiçoamento e as formas de regulação e de institucionalidades ainda são insuficientes e pouco eficazes no sentido de intervir na reprodução da desigualdade.

Referências

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Programa de Aquisição de Alimentos. **Legislação Básica**. 2011.

COSTA, Islândia Bezerra da. “**Nessa terra, em se plantando tudo dá?**” Política de soberania e segurança alimentar e nutricional no meio rural paraense : o caso do PAA, 2010, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano ; LEITE, Sérgio (org.). Políticas econômicas, ajuste externo e agricultura. In.: **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

FARIA, Carlos A. P. de. «Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes». **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n.51, p.21-29, fev. 2003.

GOMES, Ramonildes Alves, O Semiárido brasileiro na perspectiva de instituições e organizações não governamentais (ONGs): Políticas Públicas para o Semiárido: uma visão crítica. **Apresentação oral no seminário PROCAD**. Campina Grande, 2012.

GRISA, C. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**: apontamentos e questões para o debate. Rio de Janeiro: OPPA/UFRRJ/ActionAid, , 24p., 2009.

HANKIVSKY, Olena. Intersectionality and public policy: Some Lessons from Existing Models. **Political Research Quarterly**, Aug, 25, 2010.

IBGE- Censo agropecuário 2006. **Agricultura Familiar**. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/ MPOG, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>.

-----, **Censo demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=25.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - compra direta local da agricultura familiar - CDLAF - **Manual de orientação ao proponente**. Nov, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das políticas de governo à política de estado**: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr/jun, 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leandro Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, jun./2008.